

## Discussão da Produção do Estado do Conhecimento em Socioeducação

### Discussion of the Knowledge State Production in Socioeducation

Selson Garutti<sup>a</sup>; Rita de Cássia da Silva Oliveira<sup>b\*</sup>

<sup>a</sup>Secretaria de Educação do Paraná, PR, Brasil.

<sup>b</sup>Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, PR, Brasil.

\*E-mail: [soliveira13@uol.com.br](mailto:soliveira13@uol.com.br)

---

#### Resumo

Pesquisa sobre o Estado do Conhecimento de caráter bibliográfico – documental. Referencial teórico: André *et al* (1999); Ferreira (2002); Romanowski; Ens, 2006. Objetiva analisar a produção acadêmica sobre socioeducação para Adolescentes em Conflito com a Lei no Brasil. Realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), discutindo as diferenças e ausências produzidas nas teses e dissertações. Resultando em 53 dissertações de mestrado e 06 teses de doutorado, totalizando 59 trabalhos entre 1994 a 2016.

**Palavras-chave:** Mapeamento. Adolescente em Conflito com a Lei. Socioeducação.

#### Abstract

*Research on the Knowledge State of bibliographic character - documentary. It has by theoretical reference: André et al (1999); Ferreira (2002); Romanowski; Ens (2006). It aims to analyze the academic production on socio-education for Adolescents in Conflict with the Law. It was carried out in the thesis and dissertations bank of the Coordination for Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), discussing the differences and absences produced in theses and dissertations. It resulted in 53 dissertations and 06 PhD theses, totaling 59 papers between 1994 and 2016.*

**Keywords:** *Mapping. Adolescent in Conflict with the Law. Socioeducation.*

---

#### 1 Introdução

A expressão “Adolescente em conflito com a lei” demonstra uma configuração da política socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei, concebida no artigo 86: “A política de atendimento dos direitos da Criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8069/1990; na Resolução nº 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: parâmetros pedagógicos e arquitetônicos e na Lei Federal nº 12.594/2012 e, ainda, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Artigo nº 01º; parágrafo 01º de 2012).

Essa perspectiva compreende a trajetória desse sujeito, as circunstâncias que o levam à prática de delito, a inserção no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGDCA; a repercussão dessa trajetória na família, na sociedade, na mídia, na academia, além de outros possíveis espaços de relacionamento do adolescente, o qual, sob a tutela do Estado, deve cumprir decisão judicial ou de natureza

privativa de liberdade ou restritiva de direitos, em programas e/ou serviços socioeducativos de competência do Poder Executivo, sendo estadual no caso da privação de liberdade, e municipal no caso da restrição de direitos (em meio aberto).

A pesquisa analisa o trajeto da produção acadêmica sobre a socioeducação; observa em que medida a aproximação teoria e prática se vincula, de modo interdependente; perscruta se há uma intersecção entre as diretrizes interinstitucional, as diretrizes intersetorial e a interdisciplinaridade, também se se relaciona aos mais diferentes eixos do SGDCA; e verifica as possibilidades de diferentes contornos de políticas públicas na socioeducação com adolescente em conflito com a lei.

A literatura escolhida guarda relação com o tema-problema em estudo, considerando relações interdisciplinares, acepções com o corpo legislativo e, sob a ótica dos direitos humanos. A relevância da pesquisa consiste nos desdobramentos da reflexão e análise, centrada na produção acadêmica em uma área social crítica, que mais desafios têm na efetividade da política socioeducativa ao adolescente em conflito com a lei.

#### 2 Material e Métodos

Pesquisa de caráter bibliográfico – documental, com recorte temporal entre o período de 1994 a 2016, cujo referencial teórico foi dado por: André *et al.* (1999), Ferreira

(2002) e Romanowski e Ens (2006). Tem por objetivo mapear, identificar, analisar e discutir a produção acadêmica nos programas de pós-graduação sobre socioeducação para Adolescentes em Conflito com a Lei no Brasil.

Foi realizada tomando por referência as bases de dados disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, disponível em: <[http://bancodeteses.capes.gov.br/bancodeteses/#!/>](http://bancodeteses.capes.gov.br/bancodeteses/#!/), por meio do procedimento metodológico do estado do conhecimento, o qual consiste em fazer um levantamento da produção em pesquisa acadêmica, em um determinado tema, em estudo com descritores específicos, que orientam e direcionam o processo de compreensão do tema em questão (ANDRÉ *et al.*, 1999), discutindo as diferenças e ausências produzidas nas teses e dissertações.

Como desdobramento, é preciso salientar quais subtemas foram privilegiados em decorrência das pesquisas, produção e distribuição regional, além de identificar as instituições balizadoras de tais produções.

Para levar a contento a pesquisa do estado do conhecimento, faz-se necessário constituir uma boa identificação a respeito de qual seja o objeto de estudo, etapa importante para o desenvolvimento da investigação, é por meio dessa delimitação que se define o estado do conhecimento sobre o tema e o que seja objeto a ser investigado. Com isso, também fica delineado o problema da pesquisa proposta (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

A pesquisa do Estado do Conhecimento, bem como o Estado da Arte, em posse dos dados obtidos e dos registros das dissertações, teses, artigos e/ou quaisquer outras formas de pesquisas realizadas e publicadas, deve ser entendida como preâmbulo de uma pesquisa maior, pelas quais se diminuem as distâncias entre o desejado e o já realizado, indicando o que já foi produzido sobre educação prisional no Brasil, em detrimento do que pode vir a ser trabalhado em suas mais variadas possibilidades (FERREIRA, 2002).

### 3 Resultados e Discussão

O levantamento das teses e dissertações sobre o tema “socioeducação para Adolescentes em Conflito com a Lei no Brasil”, realizado na base de dados da Capes, da qual foram selecionadas 53 (90%) dissertações e seis (10%) teses, totalizando produção de 59 trabalhos produzidos entre o período de 1994 a 2016.

#### 3.1 Dissertações

Abdalla (2003) teve por objetivo mostrar que cada estratégia de poder elaborada, nas instituições totais, corresponde a novas modulações de resistência ou táticas difusas, que se ritualizam em atos de comunicação. Para tanto, além de questionário estruturado e pesquisa documental, analisou-se a produção textual de adolescentes infratores do Centro de Atendimento Intensivo de Belford Roxo -

Rio de Janeiro, estabelecendo relações com a mídia. Sua estratégia foi analisar poesias, desenhos, cartas e tantas outras textualidades produzidas pelos adolescentes. Como conclusão alega que toda essa produção compõe o cenário da expressão comunicativa desses adolescentes.

Abrão (2010) teve por objetivo dar mais visibilidade ao tema, contribuindo assim, para o debate, desembocando em uma melhoria de políticas de atendimento a crianças e adolescentes, filhos de pais encarcerados. Para tanto, discute sobre os dados empíricos da pesquisa, levantados através da realização de visitas aos abrigos. Seu aporte teórico consistiu em uma análise crítica da produção acadêmica, de dados e de informações sobre o processo de institucionalização de crianças no Brasil, com destaque para as políticas de atendimento em prol desta população ao longo da história deste país. Conclui-se a efetiva precariedade e o descaso por parte do Poder Público na promoção de assistência a essas crianças e adolescentes, delegando à caridade cristã Católica e ao poder privado, na pessoa dos filantropos, a responsabilidade por atender esse setor marginalizado da sociedade.

Andrade (1997) teve por objetivo analisar a proposta de Educação Física implantada no período de 1992 a 1994 na Fundação do Bem-Estar do Menor em São Paulo - FEBEM/SP. Como instrumento de investigação, foi utilizada a técnica de análise do fenômeno situado, que possibilitou interpretar três discursos de professores de Educação Física, que atuaram na FEBEM/SP no período de 1992 a 1994.

Como conclusão alega que a proposta de Educação Física desenvolvida em espaços como o da FEBEM/SP não pode ser vista como redentora dos erros e falhas sociais, mas deve ser composta por diversas áreas do conhecimento e sociedade. A Educação Física deve ser compreendida como uma prática pedagógica voltada para as necessidades e interesses do grupo social. Não deve ser uma prestadora de serviços ou atender aos interesses políticos de órgãos governamentais como a FEBEM/SP.

Beceveli (2008) teve por objetivo investigar os significados de família depreendidos por crianças e adolescentes, em situação de rua, da cidade de Colatina. Investigando Representações Sociais, seu procedimento foi uma pesquisa qualitativa, utilizando entrevistas semiabertas e não diretas, como forma de capturar os significados dos sujeitos. Concluindo sobre a necessidade da emergência de uma escola, que atente para as expectativas dos sujeitos investigados, o que pode viabilizar processos inclusivos a partir desses significados.

Beckman (2007) teve por objetivo compreender o desenvolvimento de crianças em idade pré-escolar, filhas de presidiários a partir da percepção de familiares. Teve por procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, com três fontes de coleta de dados: observação participante; entrevistas; e diários de campo da pesquisadora. Os participantes desta pesquisa foram quatro crianças e quatro familiares delas.

Conclui que a prisão paterna gera impactos no desenvolvimento das crianças, e que a família funciona como fator de risco e de proteção, dependendo da maneira como lida com essa questão. Também concluiu que a escola não está preparada para essa problemática, portanto, associava o comportamento agressivo das crianças à situação prisional do pai. E, por fim, evidenciou-se a não existência de políticas públicas voltadas para familiares de presos.

Belloni (2010) teve por objetivo investigar a construção discursiva sobre o jovem autor de ato infracional, com enfoque naquele sujeito em tratamento, em saúde mental, a fim de formar um quadro de referências para o entendimento das estratégias medicalizadoras e socioeducativas envolvidas nessa contenção. Pesquisa de caráter documental teve por procedimento metodológico a análise de laudos médicos e de relatórios sociais, que se destinam a avaliar a situação desse jovem autor submetido a algum tratamento em saúde mental internado na Fundação CASA. Concluiu questionando alguns qualificativos, que circulavam nas avaliações desses jovens e justificavam a contenção.

Brancahã (2003) enfoca o adolescente autor de ato infracional, reconhecido pela legislação brasileira como sujeito de direitos, destinatário da doutrina de proteção integral e prioridade absoluta das políticas públicas, pela perspectiva do direito à educação. Para tanto, estudou as precárias condições de escolaridade dos adolescentes inseridos na medida socioeducativa de liberdade assistida no município de Marília. Conclui acerca da função social da educação, concebida como mecanismo de desenvolvimento e inclusão, por vezes, paradoxalmente, também reprodutora de exclusão.

Carmo (2010) teve por objetivo compreender o cotidiano do ser-adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade. O *locus* da pesquisa foi uma unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo, no Rio Grande do Sul. Seu procedimento foi por meio de entrevista fenomenológica desenvolvida com nove adolescentes institucionalizados, no período de fevereiro a maio de 2009. Na análise compreensiva, os resultados apontaram que vivenciar a medida socioeducativa significa para o adolescente uma prisão, algo ruim que ele tem que pagar, reconhece que errou. Sabe que não está no sistema penitenciário por conta da idade e reconhece que jogou fora sua adolescência. Sua conclusão é de que precisa de ajuda da enfermagem e do sistema socioeducativo mediado pelo trabalho transdisciplinar e pelo fortalecimento de uma rede de apoio social, com vistas à sua reinserção mediada pela corresponsabilidade da família, comunidade e Estado. Traz à luz um cuidado que possibilita a recuperação da escolha, que devolve a singularidade de ser.

Cavalcanti (2006) teve como objetivo interpretar o cotidiano de uma instituição social, que se propõe ressocializar adolescentes infratores a partir da relação entre as estratégias e táticas de controle institucional e as táticas de resistência dos adolescentes. O procedimento foi de pesquisa qualitativa, inspirado nos recursos da etnografia. As observações foram

realizadas tendo como escopo a relação entre a direção da instituição e os adolescentes, mas, sobretudo, a relação entre instrutores educacionais responsáveis pelo controle e adolescentes, por um período de seis meses. Analisou, também, documentos referentes ao regimento disciplinar da instituição, bem como a proposta pedagógica que norteia as ações. Como conclusão ficou nítida a existência discrepante entre o discurso oficial e o que, efetivamente, a instituição pratica em seu cotidiano. Teve por objetivo refletir sobre o educador, que dedica seu trabalho ao ensino de adolescentes, que cometeram ato infracional. Como procedimento entrevistou seis profissionais, entre pedagogas, assistentes sociais e professoras universitárias e, por meio da pesquisa qualitativa percebeu a exclusão vivenciada por esses educadores. Concluiu-se que o educador exerce papel fundamental na dualidade dos estabelecimentos de custódia, que mesclam características de prisão e escola e que o envolvimento dessas profissionais é imprescindível para que se cumpram os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Coraucci (2009) pesquisou sobre as políticas públicas de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, por meio da investigação das representações sociais de internação que esses jovens, infratores primários, constroem no período em que se encontram cumprindo a medida socioeducativa de privação de liberdade, bem como apreender os significados que emergem das práticas e interações sociais, vivenciadas por eles, durante o cumprimento da medida. A coleta de dados foi realizada em uma instituição para adolescentes do sexo masculino, situada em um município de médio porte (500.000 habitantes). Tais jovens inseridos nessa instituição se encontram na faixa etária entre 16 e 20 anos e cumpriam a medida socioeducativa de internação pela primeira vez. Os dados foram coletados por meio de anotações, no diário de campo, referentes à observação participante e se utilizou um roteiro de entrevista semiestruturado, compreendendo aspectos da história de vida pregressa e atual dos adolescentes. Investigou-se, também, a existência de alterações no desenvolvimento desses adolescentes, de seu estilo de vida, a vivência do cotidiano e o relacionamento interpessoal na instituição, bem como cidadania e composição familiar. Conclui que os adolescentes relatam melhoras em sua educação, em seu aprendizado e nos relacionamentos interpessoais, além de se sentirem protegidos. No entanto, ainda há questões a serem melhoradas, principalmente, neste momento de transição do modelo punitivo da antiga FEBEM, para o atual modelo de atendimento socioeducativo da Fundação CASA, que tenta implementar o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e demais legislações vigentes.

Cunha (2009) analisou a proposta de redução da maioria penal sob a ótica de uma sociedade excludente, adotando a modalidade de estudo de caso, junto ao Conselho Tutelar (CT) e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) em Pelotas, RS. Na pesquisa

desenvolvida, constatou-se que, embora a maioria dos dois conselhos não seja favorável à redução da maioridade penal, a perspectiva punitivista se manifesta nos membros, através de outras propostas: o aumento no período de internação dos jovens em conflito com a lei, e a privatização do sistema prisional. Conclui-se que os componentes de origem estatal se encontram mais preparados para ser conselheiros, uma vez que estão habituados com o linguajar jurídico e tecnológico, que já utilizam nos órgãos estatais. Enquanto os membros da sociedade civil não dispõem de acesso a cursos de qualificação para a função de conselheiro. Acrescente-se o fato de que os dois conselhos não favorecem a canalização dos interesses populares, por serem aparelhos ideológicos a serviço do Estado.

Duarte (2016) teve por objetivo conhecer as experiências sociais das adolescentes correspondentes ao perfil etário dos 12 aos 18 anos em Medida Privativa de Liberdade. Pesquisa de procedimento em pesquisa de campo e da aproximação com o cotidiano das adolescentes, por meio de entrevistas com 22 sujeitos participantes, sendo 16 adolescentes e seis profissionais, realizadas no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF), em Porto Alegre RG, analisou as relações e experiências sociais das adolescentes no contexto privativo de liberdade. Concluiu que a lei do SINASE, mesmo dando maior visibilidade às medidas socioeducativas e garantindo direitos específicos, não reconhece a privação de liberdade como um espaço destinado aos adolescentes. O que é determinante na manutenção da seletividade estrutural da pena e na invisibilidade de gênero.

Esber (2008) teve por objetivo analisar a subjetividade de três autores de violência sexual contra crianças e adolescentes encarcerados na Agência Goiana do Sistema Prisional. Essa pesquisa se utilizou de três procedimentos metodológicos: (1) Pesquisa bibliográfica realizada, no Portal Capes, durante o período de 2000 a 2006; (2) Pesquisa documental nos prontuários dos sujeitos, nos arquivos do Cartório da Agência Goiana do Sistema Prisional; (3) Análise dos relatos de cinquenta e uma sessões psicoterapêuticas com os três sujeitos. Concluiu a possibilidade de elencar questões consideradas essenciais: a necessidade de responsabilização legal pelas violências cometidas e a importância do atendimento psicoterapêutico para a prevenção de futuras reincidências.

Fabianovicz (2013) relatou experiências que ilustraram a concretização do princípio da incompletude institucional. Teve como procedimento metodológico a aplicação de pesquisa bibliográfica e de estudo qualitativo, cujo objeto foi as ações socioeducativas do Estado do Paraná. Concluiu que o princípio da incompletude institucional implica que todas as políticas de garantias de direitos sejam executadas em uma rede integrada, com objetivos em comum, mobilizando o máximo de recursos disponíveis na comunidade, a fim de facilitar a inserção social do adolescente ao sair do sistema socioeducativo, bem como consolidar a justiça restaurativa como meio de resolução de conflitos, na construção de um

Estado Democrático de Direitos.

Figueiredo (2011) teve por objetivo a busca das evidências das composições praticadas no sistema socioeducativo. Segundo o procedimento de um diário de campo, entrevistas e observação participante, o autor concluiu que o sistema socioeducativo deveria ser diferente de uma escola, mas também diferente de uma prisão. Ao analisar o seu cotidiano, no entanto, algumas pistas indicam rumo à atualização de práticas educativas, de vigilância, de controle e de punição.

Gualberto (2011) analisou a política educacional voltada para adolescentes privados de liberdade, em uma escola de um centro socioeducativo na cidade de Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Pesquisa de caráter exploratório, qualitativo, que teve por procedimento a observação, mais entrevistas semiestruturadas com adolescentes e profissionais, que trabalham na escola do centro socioeducativo. Concluiu que a educação praticada nos centros socioeducativos vem se constituindo como um campo específico tanto de análise quanto de formulação de políticas públicas, mas ainda incipientes.

Ikuma (2007) realizou pesquisa com o objetivo de investigar as representações sociais de atos infracionais, em adolescentes em conflito com a lei, e essa foi realizada em um internato para adolescentes e jovens infratores, que cumprem medida socioeducativa em Ribeirão Preto. Como procedimento foram realizadas sete entrevistas individuais semiestruturadas e a observação participante do pesquisador na instituição. Os resultados indicam: (a) os atos infracionais cometidos são representados como instrumentos de poder e de sobrevivência; (b) percebem nesses atos a perspectiva de prisão em fase adulta e de morte; (c) os adolescentes se identificam com as mensagens veiculadas pelo crime organizado; expressando descrença e sentimento de impertinência frente aos padrões culturais da sociedade de consumo; (d) a privação de liberdade é sentida como uma punição socialmente injusta, mas necessária; (e) a violência doméstica e a pobreza são parte integrante da trajetória de vida e justificativa para a prática delituosa.

Lopes (2006a) teve por objetivo analisar o funcionamento da escola pública na FEBEM e o significado que essa adquire no interior de uma instituição de caráter prisional. Seu procedimento foi por meio de observações participantes em sala de aula e entrevistas com duas professoras, que lecionam no Complexo de Internação pesquisado. Concluiu que a presença da escola na instituição se caracteriza pela ambiguidade. Se de um lado ela é cooptada pela lógica disciplinar da instituição, por outro ela atua como um lembrete incômodo da humanidade dos adolescentes internados.

Lopes (2013) avaliou as percepções dos agentes socioeducativos de uma instituição de privação de liberdade feminina sobre o local onde trabalham e suas funções laborais. Fez pesquisa qualitativa com procedimento de entrevistas individuais, semiestruturadas, com dez socioeducadores do Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF)

no RS. Concluiu que acontecia um impacto inicial marcante ao ingressarem no quadro funcional da instituição. Este choque auxilia sua descrição do local – nesta época de ingresso – como próximo a uma unidade estritamente prisional.

Luiz (2014) analisou a possibilidade da aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal (CPP), na apuração de ato infracional. Seu procedimento foi através de análise bibliográfica, de doutrina e de jurisprudência referentes às medidas aplicadas a adultos e adolescentes acusados da prática de delitos.

Macedo (2013) realizou um estudo da produção do fenômeno da reincidência em ato infracional pela instituição socioeducativa, como também traçar um panorama do fenômeno da reincidência em decorrência da problemática social. Seu procedimento foi uma pesquisa de campo ocorrida no Centro de Recurso Integrado de Atendimento ao Adolescente – CRIAAD, situado em Nova Friburgo, RJ. Como procedimento, o autor adotou a observação, a entrevista e a análise documental. Os resultados da pesquisa demonstraram a ineficácia do Estado e da instituição disciplinar no processo de reintegração social dos adolescentes infratores.

Marinho (2010) avaliou o processo de implementação das diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006) no Estado do Ceará, a partir da aplicação da medida socioeducativa de internação em Centro Educacional, por meio da percepção dos gestores e executores da política. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que tem como sujeitos os profissionais das Unidades selecionadas. Teve por procedimento observação sistemática e realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa foi realizada em dois Centros Educacionais masculinos, fazendo uma análise comparativa entre os parâmetros propostos pelo SINASE e as práticas institucionais na condução do atendimento socioeducativo. Concluiu-se que o principal dificultador para implementação das diretrizes do SINASE tem sido a superlotação. As Unidades têm três a quatro vezes o número de adolescentes internados em relação a sua capacidade, impossibilitando assim, desenvolvimento de um atendimento humanizado, personalizado, no qual se possa priorizar o caráter pedagógico da medida, eixos da proposta do SINASE.

Matos (2006) teve por objetivo compilar uma reflexão histórica pautada na noção de que é preciso considerar as subjetividades na construção da trama da história. A pesquisa foi realizada entre 2002 e 2003 com adolescentes em conflito com a lei, internos na instituição de aplicação de medida socioeducativa em Uberlândia, Minas Gerais, o Centro de Integração Social de Uberlândia (CISAU). O autor aplicou como procedimento entrevistas e a observação de campo. Concluiu que os direitos humanos ficam diluídos na burocracia, apresentando uma impossibilidade de se fazer valer aos mais fracos, pobres, sem instrução, sujeitos representados pelos adolescentes internos.

Meireles (2013) teve por objetivo compreender, em uma perspectiva comparativa, a percepção de crianças/adolescentes e suas famílias sobre o acolhimento institucional. Com base em uma abordagem qualitativa, foi realizado o estudo de caso com quatro adolescentes, sendo que dois estavam ainda acolhidos institucionalmente e dois já haviam retornado aos cuidados de seus familiares. Quanto aos procedimentos utilizados, foram realizadas entrevistas individuais com crianças e adolescentes e com membros do grupo familiar, mais especificamente com mães. Os resultados indicaram que os membros das famílias entrevistadas possuem percepções diferenciadas entre si, tanto sobre a medida protetiva de acolhimento institucional quanto sobre a instituição abrigo, na qual a medida protetiva foi executada.

Mello (1999) teve como objetivo verificar se um programa de Educação Física, que utilizava a capoeira como instrumento pedagógico, contribuiu para o desenvolvimento da consciência em internos da FEBEM. Como procedimento, foram realizados oito encontros, nos quais foram trabalhados os aspectos motores, quando foram discutidas algumas músicas de capoeira. Essas discussões foram registradas para uma posterior análise, as observações também se constituíram em dados de pesquisa. Concluiu-se a falta de desenvolvimento da consciência. Constatando, ainda, dois aspectos importantes: a dualidade e a opressão presente na consciência dos sujeitos, aspectos inibidores do desenvolvimento da consciência. De qualquer forma, constatou-se a viabilidade da utilização da capoeira, como recurso pedagógico, em trabalhos que visem o desenvolvimento da consciência.

Mota (2014) investigou o sentido da experiência da obtenção da maioria do sujeito institucionalizado que não teve a chance da adoção e cuja família foi destituída do poder familiar e entrelaçar essa experiência à trajetória de dezoito anos da psicóloga judicial, que atendeu casos semelhantes a este. Os procedimentos foram entrevistas semiestruturadas dirigidas a uma adolescente de dezessete anos, prestes a deixar o abrigo, e a duas colegas dela, inseridas na pesquisa por uma exigência da primeira. Como conclusão se percebeu que o acolhimento institucional do adolescente, cuja família foi destituída do poder familiar, sinalizou para um recrudescimento do desamparo do sujeito e também para a falta de um trabalho, que lhe oportunizasse a elaboração das perdas.

Muniz (2006) objetivou conhecer a educação do menor infrator no Município de Petrópolis, durante o ano de 2005. Optou-se por realizar pesquisa bibliográfica e de campo, desenvolvidas através de Entrevistas não estruturadas, com os membros do Poder Judiciário, que estão diretamente envolvidos com a problemática do menor Infrator. Paralelamente as entrevistas, pesquisa documental, com a finalidade de conhecer o número dos processos envolvendo menores infratores, que tramitam na Vara da Infância e Juventude do Município de Petrópolis, durante o ano de 2005. Concluiu

que os Menores consideram a escola “desinteressante” e, não lhes têm sido oferecido cursos profissionalizantes, para que possam ingressar no mercado de trabalho, o que é causa de grande desestímulo. Além disto, o Município não oferece as demais condições necessárias para que estes Sujeitos se reintegrem socialmente, como: assistência médica, psicológica, apoio às famílias e etc. Deve-se registrar que o dispositivo constitucional e estatutário que garante educação para todos vem sendo cumprido, mas quando se trata desses sujeitos infratores, este cumprimento é deficitário.

Neves (2016) analisou a duplicidade do controle penal sobre jovens infratores em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Distrito Federal durante o ano de 2014, a partir do exame das práticas socioeducativas e da atuação dos sistemas de justiça. Foram analisados os casos dos jovens infratores, que apresentaram envolvimento em ocorrências disciplinares ao longo de 2014. O trabalho de campo foi realizado nas unidades de internação do Recanto das Emas (UNIRE), de Saída Sistemática (UNISS) e de Brazilândia (UIBRA), localizadas no Distrito Federal, com aplicação de pesquisa documental e observação qualitativa, além do uso da memória do visto como profissional. A fonte principal de pesquisa envolveu análise dos dossiês dos jovens internados e os registros do cotidiano institucional. A análise dos dados utilizou métodos mistos, que envolveram processos de codificação e desenvolvimento de categorias, próprios da pesquisa qualitativa. Como conclusão se delineou que a finalidade das medidas socioeducativas como mecanismos de reinserção social em oposição ao sistema prisional não está sendo cumprida. A própria medida socioeducativa de internação não consegue evitar novas internações, incluindo a prisão.

Oliveira (2010) estudou o currículo oferecido nas Unidades de Internação da Fundação CASA aos alunos privados de liberdade por cometerem ato infracional. O objeto de estudo foi o currículo oferecido nas unidades de internação da Fundação Casa. A Pesquisa foi desenvolvida mediante abordagem qualitativa, de natureza fenomenológica. Os aspectos relacionados ao trabalho dos alunos e professores foram observados na pesquisa de campo. Concluiu que a escolarização, enquanto política pública é oferecida de forma que o Estado possa cumprir os dispostos nas legislações, através de projetos elaborados para esse fim, não existindo, entretanto, trabalho voltado aos valores humanos. A pesquisa ainda indicou que os adolescentes não se sentem vinculados afetivamente com os professores, de tal forma que consigam juntos construir conhecimentos para que retomem projetos de vida. A falta de projetos pode levar o adolescente a continuar sua vida anterior.

Oliveira (2005) focalizou a identificação de comportamentos desviantes ainda no Ensino Fundamental para subsidiar uma intervenção socioeducativa, na tentativa de preparar crianças e jovens como futuros cidadãos para um mundo do qual estão sendo excluídos. Foi elaborado um perfil

de jovens infratores de Santos, cidade do litoral do Estado de São Paulo no ano de 2000, com indicação de escolas com maior vulnerabilidade. Procedeu-se ao estudo de uma amostra de casos, por meio de entrevistas com pais e professores para identificar em que fase do desenvolvimento os adolescentes apresentaram os primeiros sinais de um comportamento agressivo e antissocial. Sua conclusão foi confirmar a literatura de referência. Privilegia-se o programa de educação social e afetiva, voltado para ações educativas desde o Ensino Fundamental, como opção de prevenção pela escola.

Ongaro (2011) teve por objetivo conhecer o contexto escolar do Centro de Socioeducação de Curitiba através do uso do rádio como ferramenta pedagógica. Como procedimento, estabeleceu um elo entre cultura e educação na Era da Informação. Concluiu sobre o rádio educação e sua importância como ferramenta educacional.

Padovani (2013) objetivou compreender e analisar os sentidos e significados da internação para os adolescentes autores de ato infracional, delineando a trajetória dos adolescentes no envolvimento em atos infracionais e sua relação com os aspectos da medida socioeducativa de internação, bem como sua percepção e seus sentimentos em relação a estas medidas, enquanto socioeducativas e/ou punitivas. Seu aporte teórico foi a Psicologia Histórico-Cultural. Com a participação de seis sujeitos internos se utilizou da técnica do fotovoz e a entrevista narrativa como instrumentos para a coleta de dados. Os resultados indicam que é possível o envolvimento desses jovens com a escola e a profissionalização e apontam, assim, a necessidade urgente de se pensarem Políticas Públicas que visem formação de crianças e adolescentes, de modo a evitar o envolvimento infracional, através da garantia de direitos.

Pedron (2012) analisou as formas de prevenir e tratar o delito juvenil na atualidade, reconhecendo a aplicação das medidas socioeducativas como o principal mecanismo de responsabilização pela prática de ato infracional. Seu procedimento foi investigar junto a equipe de profissionais e aos adolescentes em cumprimento da medida, a compreensão da socioeducação, bem como sua articulação com a temática da responsabilização. Concluiu que há três tipos de responsabilização: jurídica, subjetiva e educativa e que o trabalho socioeducativo se faz a partir dessas tensões.

Pereira (2015) discutiu como os adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade no Centro Socioeducativo Edson Mota - CSE, localizado em João Pessoa, PB, se percebem nas suas relações sociais estabelecidas em seu cotidiano a partir do aprisionamento, e como lidam com questões relativas à sexualidade, tendo em vista que estão inseridos em uma instituição arraigada de dispositivos de controle, disciplina e exercício de poder. Utilizou-se das técnicas da observação participante e de diálogos informais estabelecidos com os internos, evidenciou-se que tais indivíduos exercem a sexualidade, seja essa legalmente ou não, segundo os trâmites institucionais. Concluiu que por

trás das grades de uma prisão e sob o olhar panóptico estatal, esses adolescentes vivenciam sua sexualidade controlada, direcionada aos espaços e as formas pré-determinadas.

Rocha (2016) teve por objetivo investigar quais os sentidos subjetivos produzidos acerca da aprendizagem por adolescentes em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista a necessidade da instauração de um espaço que pense e discuta os processos de aprendizagem e, conseqüentemente, de ensino desses sujeitos. A pesquisa foi de cunho qualitativo e os procedimentos de coleta de dados se referem a grupos focais, realizados com os adolescentes, junto à técnica projetiva psicopedagógica e educativa. A amostra foi intencional, com a participação de dez adolescentes residentes de um bairro de Porto Alegre, no qual o tráfico de drogas é fortemente instituído; as famílias são, em grande parte, monoparentais; o acesso ao trabalho formal e a bens culturais é precário. Os sujeitos tinham entre 14 e 18 anos. Conclui-se que quando os sujeitos se percebem em espaços com mais liberdade de expressão, flexibilidade e que proporcionem uma vinculação com ensinantes, que permitam a circulação dos sujeitos entre os espaços simbólicos de ensinante e aprendente, o potencial para aprendizagem aumenta.

Ruas (2001) avaliou o adolescente em conflito com a lei penal brasileira. Partiu da situação dos centros de ressocialização do adolescente infrator para, depois, analisar os dados obtidos e relacioná-los com o contexto social mais amplo. Seu procedimento foi um estudo bibliográfico enfatizando dados históricos, sociológicos e jurídicos, especialmente, naquilo que interessa à população infantojuvenil inserida nos conflitos ligados à dogmática penal. Nesse contexto, aquelas pessoas sujeitas às medidas socioeducativas de privação de liberdade, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069/90 - foram contempladas por uma análise mais profunda.

Rufino (2012) comparou escolhas hipotéticas envolvendo ganho e perda de quantias monetárias e de dias preso entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e adolescentes sem histórico de infração. Vinte e quatro participantes, divididos em dois grupos, indicaram se aceitavam ou rejeitavam pacotes, que envolviam Ganho certo Perda incerta ou Perda certa Ganho incerto, em contextos que envolviam apenas quantias monetárias ou quantias monetárias e dias na prisão, com diferentes probabilidades que variaram de 5% a 95%. Conclui sobre a necessidade de mais investigações de escolhas em situação de risco, que apresentem conseqüências positivas e negativas, mais semelhantes aos contextos naturais em que essas respostas ocorrem.

Saenz (2008) partiu da premissa de que a escolha do legislador, ao determinar a responsabilização penal aos 18 anos, foi de cunho político-criminal. Traçar os fundamentos da inimizabilidade dos adolescentes exige primeiro a definição de Política Criminal e o seu enquadramento na Ciência Penal, pois será a partir desse paradigma que se

poderá considerar ou não a decisão como de natureza política. Os dados históricos da evolução legislativa, assim como os modelos adotados por outros países, mereceram detida análise ao longo do trabalho, pois demonstram o estágio em que se encontra o Brasil e permitem a comparação com as demais nações, possibilitando fazer uma avaliação e uma reflexão em tomo do padrão adotado.

Silva (2009) teve como objetivo a compreensão dos sentidos construídos por adolescentes privados de liberdade acerca do ato infracional e da privação de liberdade. Através do uso de narrativas, foram reconstruídas as trajetórias infracionais de dois adolescentes, que se encontram privados de liberdade no Estado da Bahia. Ao partir de uma perspectiva qualitativa de pesquisa, concebem-se estes dois participantes como representativos da condição subjetiva do ser adolescente infrator em cumprimento de MSEI. O instrumento de pesquisa é a entrevista narrativa. A análise das mesmas resultou em quatro núcleos de significação para cada um dos adolescentes. Concluiu que os adolescentes demonstraram estabelecer relação de descrédito frente ao ECA. Ainda foi possível identificar que estes adolescentes estão imersos em contextos, nos quais a violência perpassa seus cotidianos e isto se agrava, quando entram para o “mundo do crime”. Os adolescentes revelam que na vida do crime há um conjunto de regras e códigos de conduta, que servem como referenciais para regular as ações infratoras e avaliar moralmente os comportamentos e práticas infracionais entre eles. A instituição de privação de liberdade emerge nas narrativas, enquanto atravessadas por um cotidiano de violências, contribuindo para a perpetuação da violência infligida aos jovens.

Silva (1996) verificou o modo peculiar de constituição da identidade de crianças internadas em tenra idade, sem qualquer referência anterior de identificação. Pesquisa com procedimento documental, com amostra composta de remanescentes da Casa dos Expostos e da primeira geração de meninos internados sob o regime FUNABEM/FEBEM, fato que permitiu descrever as sucessivas fases da assistência à criança desamparada. Concluiu que o sistema de institucionalização foi um dos fatores determinantes para a criminalização da criança órfã e abandonada.

Silva (2003) teve por objetivo identificar razões que levam os adolescentes a cometerem um ato infracional e a cultura da droga como mediadora nessas ações. Por procedimento utilizou entrevistas com Adolescentes, que cumprem medida socioeducativa, em uma unidade de internação na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), complexo Tatuapé, localizada no bairro do Belenzinho de São Paulo.

Silva (2015) analisou o sentido educativo das Atividades Socioeducativas e qual a sua correspondência ou negação frente ao paradigma da reabilitação ou socioeducação preconizado pelo ECA/SINASE. Teve por procedimento a observação e entrevistas com os Coordenadores Gerais, Pedagogos e Professores das três unidades (CIA, CIP e CASE), submetidas as narrativas à análise de conteúdo. A

pesquisa revelou que, não obstante, todos os avanços teóricos e programáticos advindos do ECA e SINASE, comparados ao Código de Menores (1979), as atividades socioeducativas desenvolvidas não carregam e apontam para o paradigma da reabilitação ou socioeducação. O enclausuramento prisional como forma de controle e de disciplina de corpos e destinos ainda traz marcas e sentidos do Código de Menor (1979).

Souza (2010) analisou a integração entre o Sistema Nacional de Atendimento de Medidas Socioeducativas (SINASE) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), na atenção aos adolescentes, em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e em meio aberto. Usou como procedimento, o resgate histórico da atenção social destinada a crianças e adolescentes carentes, abandonados e com atos infracionais. A pesquisa foi realizada no município de Bragança Paulista, na unidade de internação da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA-SP). Nesse município, o atendimento das medidas socioeducativas em meio aberto é municipalizado, em consonância com o preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Concluiu a verificação da manutenção de práticas, que desconsideram os direitos de pessoa em desenvolvimento, assegurados legalmente apenas em 1990, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Terra (2015) teve por objetivo analisar argumentos e pressupostos que, no Brasil, embasam projetos de lei que propõem aumento do tempo da medida de internação de adolescentes. Por procedimento, utilizou-se da Análise de Conteúdo. Concluiu constatando a falta de embasamento em dados e pesquisas que mostrassem o possível aumento da violência por eles relatado, assim como o discurso punitivo presente como forma privilegiada de resolução de conflitos; além do papel importante que a grande mídia tem no debate sobre segurança pública e violência, e dos diversos modos com que os adolescentes são tratados na sociedade contemporânea.

Targino (2003) pretendeu fornecer um subsídio para otimização da conjuntura brasileira, por meio do seu sistema jurídico-menorista, mediante uma investigação da condição psicossocial própria do adolescente e da realidade social brasileira. Concluiu ser a educação um meio de geração de esperança, pelo qual devolve a alegria de viver, a confiança no próximo e a vontade de crescer, ou seja, a educação humaniza. Isso significa excluir de vez o modelo prisional, autoritário e centralizado, que reproduz uma estrutura física marcada pelo disciplinamento do adolescente, reafirmando-se, portanto, a necessidade de que tanto o Estado quanto a sociedade devem estar dispostos a acolher o adolescente infrator, de modo a não reduzi-lo à noção de “homem-produto” das contingências de seu meio e, portanto, mero objeto de vigilância e de punição.

Vedovello (2008) pesquisou sobre as práticas institucionais, bem como as vivências desses detentos, relacionando essas

questões ao modelo prisional no qual estão inseridos, ao controle social dos pobres conjugados com a política de mais encarceramento, para entender quem são esses presos e se existem diferenças desse modelo prisional frente aos presídios comuns e se o discurso da ressocialização se efetiva na prática. Para tanto, abordou jovens encarcerados em uma das unidades dos chamados Centros de Ressocialização (CR) no interior do Estado de São Paulo, onde foram entrevistados doze internos entre 18 e 21 anos, além de funcionários da instituição. Conclui que presos que se encontram no CR, provavelmente não sairão ressocializados desse local, pois efetivamente não é essa a intenção do Estado, ao contrário, para o Estado é importante manter um controle social da pobreza e embora esses encarcerados estejam no limiar de sua vida adulta e expressem esperanças e desejos de não voltarem à cadeia, internalizando o discurso oficial da instituição, o despreparo para conseguir um emprego, que não seja degradante, além do estigma imputado pela internação faz dessa reabilitação quase uma quimera.

Zane (2010) teve como objetivo caracterizar o adolescente em conflito com a lei inserido na medida socioeducativa de internação e sua família. Como estratégia metodológica a coleta de informações utilizada foi coleta de dados, entrevista com os sujeitos da pesquisa e questionário de Suporte Social pelo qual se pode caracterizar o Sistema Familiar. Conclui-se que projetos preventivos e interventivos direcionados aos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias devem fazer parte das diretrizes sociais das políticas públicas, com o objetivo de promover alterações nas condições desfavoráveis, em que vivem e, assim, garantir seus direitos de cidadãos.

### 3.2 Teses

Borges (2011) investigou sobre o juízo de adolescentes em situação de risco psicossocial acerca do crime de homicídio e, conseqüentemente, averiguou o valor que dão à vida. Para tanto, realizou entrevistas individuais, de acordo com o método clínico proposto por Piaget, foram 32 adolescentes entre 12 e 15 anos de idade, metade de cada sexo, atendidos por duas ONGs da Cidade de Vitória (ES).

Esber (2016) sob uma abordagem qualitativa, documental e entrevista semiestruturada, analisa quais sejam as representações sociais que crianças e adolescentes encarcerados na Penitenciária Coronel Odenir Guimaraes (Goiás - Goiânia) têm sobre o tema vítimas de violência sexual, em relação a vinte seis autores que discutem sobre o tema. Como conclusão da pesquisa sugere uma nova interpretação, que estabeleça relações entre as experiências individuais e sociais dos Autores de violência sexual às teorias psicossociais dominantes, como tentativa de contribuição para a pesquisa do campo especializada nesse tema, bem como propiciar aos diferentes profissionais de áreas diversas, um conhecimento mínimo para o trato, para além dos estereótipos que lhes são imputados, mesmo antes de qualquer efetividade.

Mérchan-Hamann (1996) avaliou as situações de risco e de

prevenção de HIV/AIDS a que estão expostas as Adolescentes do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). Discute aspectos culturais envolvidos nessa conjuntura. Teve por procedimento metodológico entrevista estruturada, bem como registro de observação de campo e coleta de dados estatísticos. Seu universo de análise abrangeu a população de três instituições, duas escolas e um centro de detenção para menores infratores. Concluiu que os sujeitos participantes tinham um conhecimento fragmentário e insuficiente sobre HIV/AIDS. As práticas sexuais se mostram relativamente frequentes com um índice de 70% dos sujeitos entrevistados. Respectivamente, com práticas eróticas, tanto heteroeróticas quanto homoeróticas, influenciados por eventos sociais de subculturas sociais e de substâncias psicoativas. Por fim, destaque para o descaso em relação às instituições fechadas para adolescentes infratores.

Reis (2011) investigou o modo como os sentidos são arrolados no ensino e na aprendizagem do Inglês como Língua Estrangeira (ILE) em uma Unidade Socioeducativa para menores em conflito com a lei da cidade de Belo Horizonte, MG. Durante ao tempo de internação, o sujeito deve frequentar a escola, logo, estudar Língua Inglesa. Tratou de compreender como se constitui o ensino e aprendizagem da ILE. Utilizou-se das teorias do discurso como metodologia de análise de noção de subjetividade psicanalítica, sendo que a formação do corpus e o tratamento dos fatos linguísticos ficam ancorados nos princípios etnográficos de pesquisa. A partir de gravações em áudio e transcrição das aulas, estabeleceu-se um mapa estrutural das tomadas de posição dos envolvidos. Constatou que o espaço é confuso, delimitado por meio do efeito de suspensão, a partir do qual o momento presente do ensino e da aprendizagem do ILE se mostra suspenso ou até mesmo estagnado através da incansável repetição de um dado conteúdo linguístico.

Silva (2002) pesquisou a dinâmica da violência em uma instituição de reclusão de adolescentes infratores em estado de privação de liberdade. Pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante, a qual teve por amostra sessenta entrevistados (24% do contingente total). Discutiu sobre o “círculo vicioso” unidimensional da violência em suas mais diferentes manifestações. Conclui que existem diferentes formas de cristalização dessa violência no universo da reclusão, reproduzidas nas relações sociais.

Estevam (2011) teve por objetivo de pesquisa identificar as representações sociais dos adolescentes institucionalizados, em conflito com a lei; e não institucionalizados, e sem conflito com a lei, acerca da adolescência, violência, futuro, bem como a mensuração da resiliência, valores básicos e suporte familiar desses mesmos jovens. Tratou de um estudo de campo, inserido, em uma abordagem multimétodo, que utilizou uma metodologia qualitativa e quantitativa. Seus lócus foram em uma instituição de privação de liberdade, com 104 adolescentes e de escolas da rede pública de bairros da

periferia da cidade de João Pessoa-PB. Foram utilizados cinco instrumentos de pesquisa. O autor verificou que os parâmetros de suporte familiar, valores humanos e resiliência sejam entendidos como fatores de fortalecimento psicossocial, passíveis de serem construídos, nas famílias, nas instituições ressocializadoras e escolares e na comunidade de forma geral.

#### 4 Conclusão

A produção acadêmica nos últimos anos de 1994 a 2016 demonstra evolução crescente sobre o tema. Uma das primeiras considerações a serem feitas é que essa produção, em certa medida, passou a ter maior visibilidade, um movimento por parte dos pesquisadores, quando pelo aumento da incidência de políticas públicas constituídas no espaço da socioeducação.

Vale ressaltar também que parte da produção acadêmica foi produzida por autores, que atuam diretamente no sistema, ou como professores, ou como gestores e/ ou como técnicos Além da consciência da necessidade do engajamento político sobre a socioeducação para Adolescentes em Conflito com a Lei no Brasil. Apesar de ter havido um aumento considerável da produção acadêmica sobre o tema, ainda não foi suficiente para que os políticos olhem com mais afinco o problema da socioeducação no Brasil. Também destacar efetivamente a construção dessa (nova) área de conhecimento.

Infelizmente, muitas ações pedagógicas na socioeducação ainda estão na informalidade sob a orientação de um quadro mínimo de agentes da socioeducação e a pouca efetividade produzida das políticas públicas por não atender às necessidades específicas desse público. Isso porque ainda muitos agentes públicos não entendem os Adolescentes em Conflito com a Lei como sendo sujeito de direitos e, principalmente, direito à educação.

#### Referências

- ABDALLA, J.F.S. *Prisão concreta, liberdade virtual: atos comunicativos de adolescentes infratores*. 2003. 127f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- ABRÃO, M.J. *As implicações do aprisionamento dos pais no direito à educação e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em regime de abrigo na cidade de São Paulo*. 2010 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ALMEIDA, S.M. *A medida socioeducativa de internação: um discurso produzido a partir da fala de profissionais e adolescentes*. 2004. 142f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- ANDRADE, M.P. *Educação Física na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-FEBEM/SP: uma análise da proposta de 1992 a 1994 segundo o discurso dos professores*. 1997. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.
- ANDRÉ, M. *et al.* Estado da arte da formação de professores no Brasil. *Educ. Soc.*, v.20, n. 68, p.301-309, 1999.
- BECEVELLI, I.R.S. *Significados de família para crianças e adolescentes em situação de rua*. 2008. 125f. Dissertação

- (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.
- BECKMAN, M.V.R. *Crianças pré-escolares e Prisão Paterna: Percepção de Familiares*. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.
- BELLONI, F. *Mais um capítulo da construção moral da "delinquência": o adolescente autor de ato infracional entre o discurso médico e o discurso socioeducativo*. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- BORGES, L.S. *Moralidade e valor da vida: um estudo sobre adolescentes em situação de risco psicossocial*. Vitória, 2011. 383f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2011.
- BRANCALHÃO, W.R.D. *A Educação para o Adolescente em conflito com a lei: Mecanismo de Inserção ou Exclusão Social* 2003. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2003.
- CARMO, D.R.P. *O cotidiano do ser adolescente que cumpre medida socioeducativa: desvelando possibilidades assistenciais de enfermagem*. 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- ESBER, K.M. *As representações sociais sobre as vítimas para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. 2016. 237f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- ESTEVAM, I.D. *Adolescente em conflito com a lei, resiliência, valores humanos e suporte familiar: um estudo das representações sociais*. 2011. 257f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.
- CAVALCANTI, V.T. *Controle social e resistência: a fabricação do cotidiano de uma instituição disciplinar para adolescentes infratores*. 2006. 108f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- CELLA, S.M. *A formação de professores para a educação do Adolescente em conflito de lei*. 2007. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.
- CORAUCCI, A.P. *Atrás das muralhas: representações sociais da medida socioeducativa de internação por adolescentes privados de liberdade*. 2009. 151f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.
- CUNHA, V.S. *Redução da maioridade penal sob a ótica de uma sociedade excludente: um estudo de caso junto ao Conselho Tutelar e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Pelotas, RS* 2009. 130f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2009.
- DUARTE, J.F. *Para além dos muros: as experiências sociais das adolescentes privadas de liberdade*. 2016. 177f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- ESBER, K.M. *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria Sócio Histórica*. 2008. 226 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.
- FABIANOVICZ, A.C. *A cultura institucional nas Unidades Socioeducativas*. 2013. 104f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade: Diálogos Interdisciplinares) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013.
- FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas Estado da Arte. *Educ. Soc.*, v.23, n.79, p.257-279, 2002.
- FIGUEIREDO, V.C. *Sistema socioeducativo: uma falácia?* 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- GUALBERTO, J.G.G. *Educação Escolar de adolescentes em contexto de privação de liberdade: um estudo de políticas educacionais em escola de centro socioeducativo*. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- IKUMA, D.M. *Privação de liberdade: representações sociais de atos infracionais por adolescentes em conflito com a lei*. 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.
- LIMA, P. *Adolescentes em conflito com a lei: educação e moralidade*. 2016. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- LOPES, J.S. *A Escola na FEBEM-SP: em busca do significado*. 2006. 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LOPES, M.D.C. *Significados atribuídos por Agentes Socioeducativos ao fenômeno da privação de liberdade feminina*. 2013 137f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- LUIZ, E.A.M. *A aplicação das medidas cautelares diversas da prisão na apuração de ato infracional*. 2014. 171f. Dissertação (Mestrado em Adolescente em Conflito com a Lei) - Universidade Anhuera de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MACEDO, M. *Por trás do adolescente infrator: desconstruindo verdades acerca da reincidência*. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- MAIA, M.H. *Menor carente infrator: reflexões sobre uma conceitualização pequena pobre e violenta*. 1994. 9999 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.
- MÉRCHAN-HAMANN, E. *Adolescente pobre, escola e prisão: as práticas representações e cenários culturais dos riscos de HIV/AIDS*. 1996. 149 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1996.
- MARINHO, K.G. *Avaliação da implementação das diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE no Estado*. 2010. 160f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- MATOS, R.N. *Crime e castigo: reflexões sensíveis sobre adolescentes privados de liberdade em Uberlândia*. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- MEIRELES, C.G. *Proteção ou desproteção? Sentidos e significados do acolhimento institucional para as crianças e adolescentes e suas famílias*. 2013. 92f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2013.
- MELLO, A.S. *Capoeira para adolescentes internos na FEBEM: um estudo sobre a consciência*. 1999. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MOTA, C.T. *Análise de uma história de armadilhas: a psicóloga judicial e o adolescente acolhido institucionalmente até a*

- maioridade. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- MUNIZ, M.S.F. *A educação do adolescente infrator no município de Petrópolis em 2005. 2006.* 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2006.
- NEVES, C.S. *Pelas mãos do socioeducativo: Práticas Disciplinares na Medida Socioeducativa de Internação.* 2016. 90f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- OLIVEIRA, A.S. *A Fundação CASA e o trabalho educativo escolar.* 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, E.F. *Jovem em conflito com a lei no município de Santos: uma linha de prevenção através da educação.* 2005b. 202f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2005.
- ONGARO, V. *Rádio escola como prática de uma educação libertadora: estudo de caso no centro de socioeducação de Curitiba.* 2011. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- PADOVANI, A.S. *Vozes aprisionadas: sentidos e significados da internação para adolescentes autores de atos infracionais.* 2013. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- PEDRON, L.S. *Entre o coercitivo e o educativo: uma análise da responsabilização socioeducativa na internação de jovens em conflito com a lei.* 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- PEREIRA, I.P.S. *Por trás das grades: um estudo antropológico sobre adolescentes, privação de liberdade e sexualidade em um centro socioeducativo de João Pessoa-PB.* 2015. 124f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- REIS, V. S. *O ensino-aprendizagem do inglês como língua estrangeira (ILE) no espaço dentro-fora da lei de uma unidade socioeducativa para adolescentes infratores.* 2011. 264 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- ROCHA, J.S. *O aprender como produção humana: os sentidos subjetivos acerca da aprendizagem produzidos por adolescentes em situação de vulnerabilidade social.* 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- ROMANOWSKI, J.P. ENS, R.T. *As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. Diálogo Educacional, v.6, n.19, p.37-50, 2006.*
- RUAS, S.F. *Os direitos fundamentais e sua relação com o adolescente autor de ato infracional no sistema de execução de medida socioeducativa.* 2001. 148f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- RUFINO, J.B. *Escolha com ganho e perda concomitantes de quantias monetárias e privação de liberdade: uma comparação entre adolescentes com e sem histórico de ato infracional.* 2012. 56f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Comportamento) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- SAENZ, F.E. *Política criminal e limite etário de responsabilização penal.* 2008. 218f. Dissertação (Mestrado em Criminologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, S.C. *A arquitetura da violência: o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE) enquanto forma singular de campo de concentração de adolescentes.* 2002. 402 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- SILVA, J.O. *Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade.* 2009. 270f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SILVA, J.T. *O sentido da Educação para adolescentes com conflito com a Lei.* 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.
- SILVA, R. *A trajetória da institucionalização de uma geração de ex-menores: o processo de constituição da identidade delinquente em crianças órfãs e abandonadas.* 1996. 281f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- SILVA, R.A. *Adolescentes da FEBEM: droga, crime e prisão - a droga e a inclusão do adolescente no ato infracional.* 2003. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- SILVA, S.G. *Jovens em conflito com a lei: os sentidos das atividades socioeducativas nas Unidades Privativas de Liberdade em Goiânia.* 2015 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia universidade católica de Goiás, Goiânia, 2015.
- SOUZA, A.F. *A integração entre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) na promoção dos direitos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.* 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- TARGINO, S.S.V. *Medidas socioeducativas aplicáveis ao adolescente infrator e suas garantias fundamentais à luz do estatuto da criança e do adolescente.* 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em Direito Público e Privado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- TERRA, A.M.S. *Aumento do tempo de internação de adolescentes em conflito com a lei: solução para que(m)?* 2015. 111f. Dissertação (Mestrado em psicologia social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- VECCHIATO, E.G.R. *A formação socioeducativa dos Programas de Educação Complementar: os centros de juventude.* 1998. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação - História, Política, Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- VEDOVELLO, C.L. *Novas formas de encarceramento? Os jovens e o centro de ressocialização.* 2008. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.
- ZANE, V.C. *Adolescentes em conflito com a lei e suas famílias.* 2010. 203f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Universidade Estadual UNESPU, Bauru, 2010.